



Revista Affectio Societatis
Departamento de Psicoanálisis
Universidad de Antioquia
revistaaffectiosocietatis@udea.edu.co
ISSN (versión electrónica): 0123-8884
Colombia

Tipo de documento: Artículo de Reflexión

2018
Leonardo Danziato & Fabiano Chagas Rabêlo
ATO PSICANALÍTICO E A FORMAÇÃO DO ANALISTA
Revista Affectio Societatis, Vol. 15, Nº 28, enero-junio de 2018
Art. # 10 (pp. 228-248)
Departamento de Psicoanálisis, Universidad de Antioquia
Medellín, Colombia

ATO PSICANALÍTICO E A FORMAÇÃO DO ANALISTA

*Leonardo Danziato*¹

Universidade de Fortaleza, Brasil
leonardo.danziato@unifor.br
ORCID: 0000-0002-8870-9123

*Fabiano Chagas Rabêlo*²

Universidade Federal do Piauí, Brasil
fabrabelo@gmail.com
ORCID: 0000-0001-5026-8396

DOI: 10.17533/udea.affs.v15n28a10

Resumo

Seguimos o percurso do seminário *Ato psicanalítico* de Lacan, para problematizar e articular o os tempos de uma análise como uma condição crucial para a formação do analista, considerando que é a concepção de ato a que permite enodar esses dois processos. Realizamos um esclarecimento do quadro do semigrupo de Klein estabelecido neste seminário, que indica os momentos de uma análise e suas operações: a alienação, a verdade e a transferência. Esclarecemos a tentativa de Lacan, neste mo-

mento de sua obra, em estabelecer uma lógica dos fatos inconscientes e como ele faz isso a partir de uma negação do cogito cartesiano. Uma dupla concepção de ato, em sua vertente simbólica, como um correlato significante, e outra real, como um corte no campo do Outro (A), permite-nos discutir os efeitos de uma análise no que tange à destituição subjetiva, e à modificação da relação do sujeito com o saber, a verdade e o gozo, mas também como um efeito de criação. Ao final, utilizamos essas

1 Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza. Psicanalista, Analista-Membro da Invenção Freudiana - Transmissão da Psicanálise.

2 Professor Mestre da Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Reis Velloso, Parnaíba. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Psicanalista, Membro da EPFCL-Brasil.

proposições para fundamentar uma discussão acerca da formação do analista e da vida institucional.

Palavras-Chave: Ato analítico, formação do analista, institucionalização.

ACTO PSICOANALÍTICO Y LA FORMACIÓN DEL ANALISTA

Resumen

Seguimos el recorrido del seminario *El acto psicoanalítico* de Lacan, para problematizar y articular los tiempos de un análisis como una condición crucial para la formación del analista, considerando que es la concepción de acto la que permite anudar esos dos procesos. Esclarecemos el marco del semigrupo de Klein establecido en este seminario, que indica los momentos de un análisis y sus operaciones: la alienación, la verdad y la transferencia. También sobre la tentativa de Lacan, en este momento de su obra, de establecer una lógica de los hechos inconscientes y cómo lo hace a partir de una negación del cogito

cartesiano. Una doble concepción de acto, en su vertiente simbólica, como un correlato significativo, y otra real, como un corte en el campo del Otro (A), nos permite discutir los efectos de un análisis en lo que atañe a la destitución subjetiva, y a la modificación de la relación del sujeto con el saber, la verdad y el goce, pero también como un efecto de creación. Al final, utilizamos estas proposiciones para fundamentar una discusión sobre la formación del analista y de la vida institucional.

Palabras clave: acto analítico, formación del analista, institucionalización.

PSYCHOANALYTIC ACT AND TRAINING OF THE PSYCHOANALYST

Abstract

We follow the development of Lacan's Seminar *The Psychoanalytic Act* in order to discuss and articulate the times of an analysis as a crucial condition for the training of the

psychoanalyst, considering that the conception of act allows knotting these two processes. We elucidate the Klein semi-group framework established in this seminar, which in-

dicates the moments of an analysis and its operations: alienation, truth, and transference. We also elaborate on Lacan's purpose, at this point of his work, to establish a logic of the unconscious facts, and how he does so by denying the Cartesian cogito. A double conception of the act –its symbolic aspect, as a signifier correlate, and the real one, as a cut in field of the Other (A)–, allows us to discuss the effects of an analysis concerning

the subjective destitution and the modification of the subject's relationship with knowledge, truth and *jouissance*, but also as a creation effect. Finally, we use these propositions in order to give arguments to a discussion on the training of the psychoanalyst and of the institutional life.

Keywords: analytic act, training of the psychoanalyst, institutionalization.

ACTE PSYCHANALYTIQUE ET FORMATION DE L'ANALYSTE

Résumé

Cet article suit le parcours du séminaire *L'acte psychanalytique* de Lacan, dans le but de questionner et d'articuler les temps d'une analyse en tant que condition sine qua non pour la formation de l'analyste, étant donné que c'est la conception de l'acte qui permet de nouer ces deux processus. Nous précisons le cadre du semi-groupe de Klein établi dans ce séminaire, qui indique les moments d'une analyse et ses opérations : l'aliénation, la vérité et le transfert. La tentative de Lacan, à ce stade de son travail, d'établir une logique des faits inconscients à partir d'une négation du cogito cartésien est également

exposée. Une double conception de l'acte, dans son aspect symbolique en tant que corrélat signifiant, et une autre réelle en tant que coupure dans le domaine de l'Autre (A), nous permet de discuter les effets d'une analyse en ce qui concerne la destitution subjective et la modification de la relation du sujet avec le savoir, la vérité et la jouissance, mais aussi comme un effet de création. Finalement, nous utilisons ces propositions afin d'établir une discussion sur la formation de l'analyste et de la vie institutionnelle.

Mots-clés : acte analytique, formation de l'analyste, institutionnalisation.

Recibido: 26/02/17 • Aprobado: 17/06/17

*Um golpe de teu dedo sobre o tambor descarrega todos
os sons e começa uma nova harmonia.*

*Um passo teu é o levantamento de novos homens
e a hora em marcha.*

*Tua cabeça se desvia: o novo amor! Tua cabeça
se volta, o novo amor?*

Rimbaud citado por Lacan. O ato psicanalítico.

O ato e o estabelecimento dos psicanalistas

Em um determinado momento do seu seminário *O ato psicanalítico*, ao comentar uma ultrapassagem do ato revolucionário, Lacan (2001) evoca um poema de Rimbaud, este mesmo que coloquei na minha epígrafe, e afirma: “É a fórmula do ato” (p.78). Com isso, busca demonstrar seu efeito de criação e seu caráter inaugural, assim como as consequências que um corte, ou um passo, podem provocar.

Para ilustrar essa correlação entre o ato, o começo e a criação, Lacan dá alguns exemplos que nos são comuns: a entrada em uma análise se dá por um ato do analisante, que busca algo novo em sua vida, tentando estabelecer um corte com a monótona liturgia da repetição – mesmo que o gozo busque mantê-la. Este ato, no entanto, precisa ser sustentado por outro: o do analista em se apresentar como tal. Assim, ao ato de entrada, corresponde o do psicanalista em sua passagem de analisante à analista. A sustentação de uma análise depende, entre outras coisas, dessa autorização em cometer e suportar o ato analítico (Lacan, 2001, p.12).

Trata-se, portanto, de um seminário onde Lacan apresenta uma sistemática formalização lógica, não só do percurso de uma análise – talvez a única em sua obra –, como também problematiza o andamento da formação do analista. Obviamente porque o tema do ato analítico é o ponto de convergência entre esses dois percursos.

Por isso mesmo, ele abre o seminário lembrando o ato de fundação da psicanálise, cometido por Freud, e que reintroduziu o sujeito e o inconsciente, operando um corte que criou um campo e estabeleceu outra relação entre o saber e o real (Lacan, 2001, p.16). Se o ato marca uma criação e um começo, foi a partir do ato de fundação de Freud que foi possível o *estabelecimento* dos psicanalistas, seja na comunidade, seja na clínica. Se as dificuldades por parte da comunidade dos psicanalistas advieram, elas foram decorrentes da própria concepção de ato que esses mesmos analistas resguardavam e que, através dela incorreram numa renegação dos verdadeiros efeitos do estatuto do ato (Lacan, 2001, p.39). Pois, se um ato implica um real, um equívoco que delata a impossibilidade de complementaridade entre o simbólico e o real, tal como em um *ato falho*, o estabelecimento da psicanálise como profissão produziu uma renegação disto, através dos contra-efeitos das *interpretações corretas* e da importância burocrática na qual os profissionais se estabeleceram. Este é o ponto onde o discurso analítico se torna universitário. Mesmo que em 1967 ele estivesse se referindo aos quadros da IPA – de onde tinha sido excomungado –, bem sabemos que este risco diz respeito a uma resistência própria do discurso e, portanto, espreita toda instituição.

Há, portanto, uma relação direta entre a noção de ato e o *estabelecimento* dos psicanalistas, seja na clínica, seja na instituição. Tal ato implica a falha, o equívoco, a besteira, o suposto saber e não sua eficácia. Não foi casual, portanto, a escolha de Lacan pelo tema do ato psicanalítico neste período. Questões fundamentais para a psicanálise, para a sua clínica, para a sua institucionalização e para a formação do analista, estavam pairando no campo, quando apresentou seus seminários *A lógica do fantasma* (2008), e o *O ato psicanalítico* (2001), neste intervalo de 1966 a 68. Após sua fundação, a *École freudienne de Paris* exigia uma sistematização e uma discussão sobre a autorização do analista, de forma a não incorrer naquela renegação do verdadeiro estatuto do ato de Freud (2001, p.39), que o próprio Lacan denunciava. Para tanto, Lacan propõe o dispositivo do passe como um artifício de autorização institucional do analista em seu texto *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre a formação do analista* (2003b).

Mas, para entender essas discussões, com qual concepção de ato devemos caminhar? O ato deve ser concebido não como uma ação, nem em sua relação com a motricidade ou a descarga (Lacan, 2001, p.14), mas como o que provém de uma causa com a qual o sujeito se depara no percurso de uma análise. Além disso, o ato implica uma pontual destituição subjetiva e uma queda do ser. Por isso, como uma *form-ação*, ele não é um preparo para a ação, pois nada em comum com a eficácia de um fazer (p.76). O ato implica algumas operações que, a partir da análise, abrem a possibilidade de suportá-lo. Portanto, seria mais justo dizer, se isso fosse possível, que não se forma para a ação, mas se forma-para-o-ato.

Obviamente que, apesar disso, não há formação para o ato, já que, por definição e efeito, ele *de-forma* o estabelecido, mesmo que abra uma possibilidade de criação. Eis o paradoxo da formação do analista: se é o percurso da análise que, através da destituição subjetiva e do *des-ser* do analista, permite o cometimento do ato, qual o lugar da instituição nesta impossível formação para o ato? A instituição suportaria o ato, ou sua lógica revela a impossibilidade de nos livrarmos do imaginário e nos tranquilizarmos num *form-ato*? Será que o que perdemos na clínica, buscamos recuperar no imaginário institucional? Ou deveria a instituição compor um laço simbólico que acolheria os efeitos da inconsistência real do lugar do analista?

O ato analítico, portanto, está na gênese de um laço entre analistas e não no fim. Por isso não há formação para o ato. Na verdade a instituição é – ou pelo menos deveria ser – uma consequência de uma *passagem ao ato esclarecida* por parte dos analistas que a compõem, um efeito da transformação da transferência em *transferência de trabalho*. Não custa esclarecer que transferência de trabalho não quer dizer unicamente uma simpatia por alguns colegas e uma disposição para com eles trabalhar, mas principalmente, uma escolha e uma assunção de uma convocatória que a análise produz, em dar-se ao trabalho com a causa da psicanálise, que não é outra senão a causa do sujeito.

Vamos considerar, portanto, que Lacan trabalha com duas formas alternantes e complementares de concepção do ato. Se de início

trata-se da intervenção do analista que põe o inconsciente e o sujeito em ato, e, portanto, põe em funcionamento um saber inconsciente, por outro lado o ato é mais do que isso. O ato é mesmo uma condição da análise, criada pela experiência de análise do analista, em seus efeitos de real, em seus efeitos destitutivos. O ato produz como consequência uma tomada de posição com o desejo, com o saber e com a psicanálise, fruto desta experiência destitutiva que fora a análise do analista. Uma experiência de *des-ser* que permite o analista ocupar esse lugar de objeto para o analisante.

Além dessa crucial discussão acerca da relação com o saber e o desejo para os efeitos de formação para o analista, neste seminário Lacan também se preocupa – exatamente por isso – com o estabelecimento de uma lógica apropriada à psicanálise, uma que considere os “fatos do inconsciente”, uma lógica, portanto, contrária à clássica. Para considerar os fatos do inconsciente esta precisaria estar articulada com a alienação na linguagem, relacionando a constituição do sujeito com a lógica significante. Uma lógica, portanto, que considerasse a relação de impossibilidade com o sexo e o objeto *a* (p.118).

O que vamos buscar desenvolver neste trabalho é especialmente como se articulam esses dois pontos: a tentativa de estabelecer uma correlação entre esta lógica inédita – a do ato analítico – e a formação do analista.

O ato e o corte

Quando Freud (1920/2006) interpreta a experiência do *fort-da*, descrevendo a brincadeira repetitiva de uma criança com um carretel, ejetando-o para fora do berço e rejubilando-se com o retorno do objeto ao puxá-lo por um fio que o ligava a ele, entende que a repetição desta vivência dolorosa tinha como objetivo último um apoderamento de uma posição ativa, diante de uma situação apassivante de ausência da mãe (p.171-175). Lacan (1988a), por sua vez, apesar de acompanhar Freud em sua interpretação, chama a atenção para o fato de que além de se posicionar numa condição ativa, o sujeito também é o carretel. Ao lançá-lo, a criança o faz a partir de um recorte que opera no

campo do Outro (A) e no seu corpo. Ou seja, ela se recorta e se ejeta do campo do Outro (A), fazendo deste pequeno objeto um pedaço do corpo que cai. Na verdade é o carretel o agente deste ato.

Lacan também chama a atenção para o fato de que arremessando o carretel a criança ultrapassa uma fronteira, um fosso, a borda do seu berço, produzido pela ausência da mãe. Essa borda convida a criança ao ato de ultrapassá-la num jogo do salto (Lacan, 1985, p.63). Esta cena remete à outra com a qual exemplifica o ato no seminário 15, ao se referir à César e sua ultrapassagem do Rubicão. Caio Júlio César, desobedecendo às ordens de Roma e o direito romano, que proibia qualquer general de atravessar o rio Rubicão, como uma forma de evitar o risco da manobra de grandes tropas, o fez, sabendo que não teria volta. Diz-se que depois disso teria proferido: “a sorte está lançada”. Lacan refere-se a esta cena para lembrar que o ato implica uma ultrapassagem e suscita um novo desejo (Lacan, 2001, p.77).

Essa função de ultrapassagem e corte ilustra a verdade da gênese do sujeito: ele advém da perda do objeto *a* e da falta fálica (-φ). O *fort-da* pode servir como o modelo do ato originário, que Lacan (2008) já ilustrara com o corte do *cross-cap*, onde, por fim, um objeto cai e emerge o sujeito. Ele faz questão de frisar que o importante é “(...) que o sujeito não é causa de si, que ele é consequência da perda e que seria preciso que ele se colocasse na consequência da perda, a que institui o objeto *a*, para saber o que lhe falta” (Lacan, 2001, p.84).

Essa cena além de nos conduzir a uma discussão sobre a clínica, a formação e a posição do analista, permite debater duas dimensões cruciais na operatividade do ato: uma primeira que diz respeito ao que Lacan denomina de o “correlato significante” do ato (Lacan, 2001, p.14), e outra que implica exatamente um rompimento com o simbólico e, portanto, seu efeito de real. Temos por um lado uma incidência significante e por outro um corte com o aparato simbólico constituído. Trata-se de uma *faca de dois gumes...*

Sobre o primeiro ponto, realiza uma definição negativa do ato, demonstrando o que ele não é: não se confunde com a ação, nem com

a motricidade, nem com a descarga (Lacan, 2001, p.14). O ato, portanto, não é uma ação e não tem nenhuma relação com a motricidade, como se acostumou a pensar numa tradição estímulo-reflexo, articulando o ato a uma descarga. Um ato é sempre significante, e como tal implica em colocar o inconsciente e o sujeito em ato. Por isso mesmo, o ato analítico tem uma operatividade significante e implica na prática em fazer funcionar e causar o sujeito do inconsciente.

Podemos situar nesta dimensão simbólica do ato suas primeiras aparições na obra de Freud, tais como os “atos falhos”, os “atos sintomáticos” e as “ações equivocadas” (Lacan, 2001, p.32-33), ou seja, tudo aquilo que Freud (1901/1976) ilustrou na psicopatologia da vida cotidiana. Não há ato senão um ato significante, ou seja, ele implica a relação do ser falante com a linguagem, assim como com seus efeitos de desconhecimento.

A *falha* que se apresenta nesta fenomenologia freudiana dos atos indica seu caráter de ruptura com um texto manifesto e exige uma interpretação *nachträglich, a posteriori*. Por isso mesmo Lacan indica que “o ato está na leitura do ato” (Lacan, 2001, p.33). Esta falha demonstra um “malogro exitoso” do conhecimento já que ele porta uma verdade insuportável desse malogro inconsciente (p.64). Daí porque uma análise implica em estabelecer outra relação do sujeito com o saber, ultrapassando assim uma posição universitária.

Por implicar um correlato significante, o ato está articulado ao simbólico, mas, por outro lado, opera um corte e um recorte que encena uma ruptura pontual que marca o novo: uma invenção. No instante do ato, efetiva-se um rompimento com o Outro (A) e uma destituição subjetiva do sujeito, mesmo que seja para, em seguida, reinstituí-lo. É esse correlato significante que recorta o real no instante do ato. Estamos, pois, numa clínica do real, que implica um para além do reconhecimento do desejo, cuja produção não é outra senão o objeto a. O ato, portanto, “(...) é sem Outro (já que o ultrapassa) e sem sujeito” (Torres, 2010, p.167). Ou, como diz Lacan (2001): “(...) uma dimensão comum do ato é a de não comportar, no seu instante, a presença do sujeito” (p.60).

Exatamente por isso, ele implica um corte, o que o coloca numa posição limite entre o simbólico e o real, que demarca uma criação, “um verdadeiro começo” (Lacan, 2001, p.76). Como dissemos, o ato baliza a fundação de algo novo, e sinaliza uma possível invenção, um novo desejo.

A negação do cogito

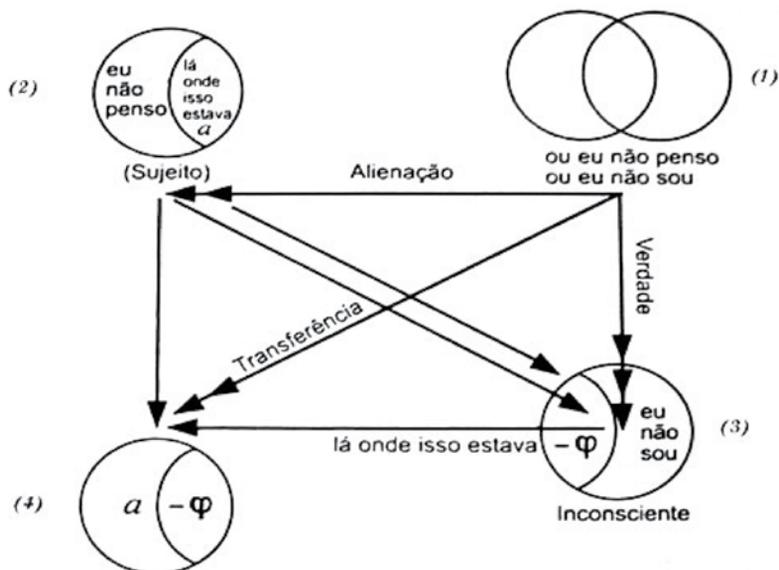
Para encaminhar a discussão de uma forma mais sistemática, vamos seguir algumas linhas de desenvolvimento que Lacan estabelece no seminário *O ato psicanalítico* em sua formalização lógica do processo de uma análise, mas me detendo nos aspectos que me permitam dizer algo sobre seus efeitos para a formação do analista.

Lacan demonstra as operações envolvidas numa análise a partir do semi-grupo de Klein (ver Figura 1), construindo o quadro que já apresentara no seminário do ano anterior, *A lógica do fantasma*. Abre sua argumentação ilustrando a posição do sujeito no início de uma análise com uma negação do cogito, com a frase “ou eu não penso, ou eu não sou”. Proponho considerarmos essa dupla negação como um primeiro impasse que se apresenta para o sujeito. Como é que essa negação do cogito nos interessa e o que ela tem a nos dizer sobre a formação do analista?

O “penso, logo sou” de Descartes, inaugura no mundo moderno a ideia de que é possível uma certeza do ser, uma atadura do ser, através do pensamento. Isto seria o mesmo que dizer que o Simbólico poderia amarrar definitivamente o Real, ou permitiria uma convicção do ser. A negação do cogito que Lacan desenvolve, serve para formalizar uma posição com relação à clínica e a formação, porque vai demonstrar a impossibilidade da garantia do ser pelo pensamento; “ou eu não penso, ou eu não sou”, já que o pensamento não garante absolutamente nada.

Esta negação é uma condição para uma análise. “Ou eu não penso, ou eu não sou” implica clinicamente um impasse inicial, uma escolha e uma direção do tratamento. Trata-se de uma escolha que inaugura

Figura 1. Semi-grupo de Klein



Fuente: Lacan, 2001, p.80

o início de um tratamento, mas que deve retornar para o analista, seja na sua análise, seja no lugar de analista, ou mesmo no percurso de formação, como uma forma de reatualização da sua experiência de análise. Não se trata, contudo, de uma “escolha forçada”, como tinha proposto no *Seminário 11* (Lacan, 1985), mas da coexistência de uma “conjunção disjuntiva”, que aponta para os dois pólos do fantasma: “não penso, não sou”.

Diante deste impasse, a psicanálise propõe um cogito freudolacaniano: “lá onde isso estava, o sujeito deve advir”. E Lacan (2001) ainda acrescenta de forma chistosa: “Lá onde isso estava... eu devo tornar-me... analista” (p.78).

Como podem observar no quadro (Figura 1), três operações estão envolvidas: a alienação, a verdade e a transferência. O sujeito fica disposto diante de uma escolha entre o “não penso” da alienação e o “não sou” da verdade. Trata-se de uma constatação da impossibilidade mesma do cogito assim como de uma interseção entre o pen-

samento e o ser, pois, quando penso interrogo e suspendo o ser, e quando sou, gozo e dispenso o pensamento: “Eu penso onde não sou, portanto, eu sou onde não penso” (Darmon, 1994, p.188).

O fato é que, por uma tendência estrutural, o analisante, diante desta encruzilhada ética, tem como escolha preferencial a alienação, o não pensar que afirma um “falso-ser”. Diz Lacan (2001): “Jamais se é tão sólido em seu ser como quando não se pensa” (p.79). Por isso mesmo o sujeito moderno é cartesiano, pois ele tende preferencialmente em afirmar o ser.

Aqui temos um ponto importante, porque esse “falso-ser” Lacan (2001) vai defini-lo não como o ser inchado do imaginário, mas como um efeito do “eu não penso”, como um lugar cômodo do sujeito na lógica do fantasma (p.80). Ou seja, ele é muito mais capcioso, pois não se dá a ver com a mesma opulência do imaginário. Ele pode dispor o sujeito – assim como os analistas, seja na clínica, seja na instituição – numa condição cômoda de uma consistência, onde, como diz Lacan, tudo cabe, “(...) o preconceito médico, o preconceito psicológico ou psicologizante (...)” (p.80). Trata-se, portanto, de uma armadilha sutil que é preciso perder durante uma análise. Uma comodidade que me parece muito próxima da repetição e de uma obsessionalização seja da análise, seja dos processos institucionais, mas também semelhante ao que Lacan viria a propor como uma resistência do discurso (Lacan, 1992).

O fato é que, seja na análise, seja no percurso de formação, ou no laço social, não podemos desconsiderar este movimento preferencial do sujeito em direção ao “eu não penso”. É o ato analítico como suporte da transferência que deve fazer com que o sujeito passe dessa operação preferencial, a alienação, para uma operação verdade. Essa passagem implica uma retirada do sujeito dessa locação no “falso-ser”, assim como uma escolha pela castração, produzindo uma queda do ser, além do “des-ser” do analista. É a transferência, portanto, como uma terceira e diagonal operação que possibilita essa passagem. É ela que convoca o sujeito a trabalhar com o inconsciente pela associação livre, o que implica “consentir em pensar à custa de per-

der o ser” (Brodsky, 2004, p.73). Produzir a falta-a-ser determina esta intervenção retirando o sujeito de uma condição acéfala da pulsão do “eu não penso”, deslocando-se do “lá onde isso estava” do Isso, em direção ao “lá onde isso estava” do inconsciente, onde não há ser (observem na Figura 1 a diagonal do lado esquerdo acima em direção ao lado direito abaixo).

Uma análise deve demonstrar ao sujeito que ele não é causa de si, que ele é consequência da perda. Ela faz isso convidando-o a se deixar perder num saber sem sujeito. A verdade do sujeito é que ele advém da perda do objeto e da falta fálica. Diz Lacan (2001): “Um sujeito definido como efeito de discurso, a tal ponto que faz a experiência de perder-se nele para nele se reencontrar, um tal sujeito cujo exercício é, de certa forma, colocar-se a prova de sua própria demissão” (p.138). Essa é a convocação de uma análise.

Chega-se a esse ponto de demissão (ver Figura 1, abaixo à esquerda) onde se pode observar uma dupla falta, onde constam o objeto *a* e a castração ilustrada pelo menos-phi ($-\phi$). Trata-se de um ponto de chegada de uma primeira volta de uma análise, um ponto de impasse, onde o sujeito se depara com a falta-a-ser e com a impossibilidade de encontrar um significante que complemente a relação sexual.

O ser do analista

Dentro do esboço deste seminário, consideramos que este ponto de demissão e impasse é também onde se situa a gênese de todas as consequências que poderiam advir no campo da psicanálise: um ato analítico, uma “cura”, um analista, ou mesmo uma instituição. Mas também seus imbróglis, os acting-outs, as passagens ao ato, os fechamentos discursivos e resistenciais. É o ponto onde Freud (1937/1975) ficou com seu “rochedo da castração”. O “instante de ver” e de se deparar com essa solidão ontológica radical, de lidar com a verdade atroz da expressão “tão sozinho quanto sempre estive” (Lacan, 2003, p.235), mas que, por isso mesmo, precipita um momento de concluir, em direção ao fim de uma análise.

Entretanto, é preciso considerar também, que a resposta construída por Lacan neste seminário sobre o fim de uma análise e sobre a formação do analista, não pode ser considerada como uma posição final, nem tampouco suficiente. Ela funciona como a abertura de uma preocupação com a “afirmação do ser”, que exige uma resposta, tanto para a clínica, como para a formação: como ser analista? É curioso que tenha proposto um dispositivo de averiguação desta afirmação. Acho que um dos motivos do fracasso do passe vem do fato dele decorrer da insuficiência da sua resposta neste momento. Obviamente que ele não estava buscando uma averiguação ontológica do ser do analista, mas pelo contrário, se ele teria suportado uma destituição subjetiva operada pela análise e que viria a convocá-lo no acompanhamento da análise dos seus analisantes. Sobre a questão do “ser” analista, ele não dá uma única resposta. Mas vejamos como encaminha suas proposições.

Entendemos que neste seminário Lacan está tentando produzir uma resposta para o problema da destituição subjetiva no fim da análise, não mais ancorado unicamente na lógica da alienação e da separação proposta no seminário *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (Lacan, 1988a). Como chegar a uma afirmação do ser que não se sustente pelas identificações imaginárias, ou simbólicas, nem tampouco pelos ideais, nem pelo *sou* que ancora o ser no fantasma, ou ainda, na busca cartesiana-transferencial de um significante do Outro (A) que garanta algumas certezas? Essa pergunta já indica pistas para se problematizar o ser do sujeito na análise, mas também – por que não? – o ser do analista.

Se ser analista se reduz a um ato de suportar uma destituição subjetiva, não sendo mais que um resto, então, como instituir uma *formação* de restos? Trata-se de uma questão crucial, porque se a análise leva o sujeito ao impasse e a se desvencilhar do seu falso-ser, assim como se deparar com a impossibilidade do ato sexual, então, como realizar uma afirmação do ser, o ser que quer que seja? Ser homem, ser mulher, ser analista...

Lembramos que o *ser* para Lacan se apresenta pelo menos de duas formas em sua obra. Num primeiro momento ilustrado pelo

texto *A significação do falo*, o ser aparece como o que se perde quando entramos no campo da linguagem como uma privação originária (Lacan, 1998). Após essa perda, para o ser – homem ou mulher – só resta como herança a *significação do falo*. Este se situa, portanto, numa condição Real, miticamente anterior ao campo da linguagem.

Este ser que ele reputava foracluído originalmente com o advento da linguagem retorna para ele fazendo questão. Só no seminário *Encore*, é que me parece que ele realmente se depara com o tamanho do problema. O ser retorna aí situado no campo do gozo, na forma de um *gozo do ser*. Chega a afirmar: “gozo, logo sou” (Lacan, 2010). Os matemas da sexuação são uma boa resposta e uma tentativa de situar essa dimensão singular do sujeito e a experiência do ser no campo do gozo. Posteriormente viria a propor outra resposta, pela via do semblante e do *sinthome* (Lacan, 2007), onde se poderia enfim se obter um enodamento do ser.

Concluimos, então, que o ser deve ser pensado como um gozo na dimensão Real, e que, por isso mesmo, produz um tipo de afânise do sujeito. Portanto, o pensamento não poderia garantir uma certeza do ser, já que neste campo não há pensamento, mas gozo. Observem que é mesmo nessa divisão entre o pensamento e o ser onde se situa o estatuto do sujeito (\$).

Ressaltamos a problemática do ser, porque é o ponto que articula numa equação crucial o saber, a verdade e o gozo, e determina tanto a direção de uma análise como a lógica de uma formação para o analista. A importância disso reside no fato de que, se uma análise promove a falta-a-ser, e se o sujeito busca nesta mesma análise uma certeza sobre o ser, como resolver este “embaraço”, sem incorrer num modelo e num impasse histórico, ou numa despersonalização psicótica, onde não se funda nenhuma certeza? Qual certeza poderia uma análise e o percurso de uma formação, promover para o sujeito e para o analista?

Agrada-nos a ideia de que o sujeito precisa fundar suas certezas, tal como fez Lacan, num ato de fundação, tão sozinho quanto sempre esteve com a causa psicanalítica (Lacan, 2003, p.235). Não estamos

propondo que saíamos por aí fundando instituições, mas simplesmente apontar a correlação entre ato e causa. Todo ato analítico se funda numa causa, mas que não é “em causa própria”, já que o sujeito não é causa de si, mas consequência de uma perda. E em todo ato se está tão sozinho como sempre se esteve.

Estamos aqui diante de um problema crucial para a psicanálise. No seminário *RSI*, Lacan (2002) afirma que o ponto de Arquimedes da estrutura é um buraco. Por outro lado, o nó borromeano não está amarrado à nada. Rigorosamente não há um nó propriamente dito. Daí a necessidade de um quarto anel para entrançar *RSI*. Então, onde se ancora a estrutura? Seria o ser sempre um errante? Lembro que Lacan no seminário *RSI* afirma que o ponto de Arquimedes da estrutura é um buraco, não um ponto (Lacan, 2002).

Sabemos que não é assim, que o gozo se ancora numa escritura. O ser se ancora nos orifícios do corpo, que amarram os significantes e permitem alguma significação. Por isso mesmo que o analista precisa ocupar o lugar de suporte desta dupla falta. Se o objeto *a* é o ponto de Arquimedes da estrutura, o analista pela interpretação e pela transferência também é o ponto de Arquimedes e o suporte que dá autorização ao sujeito para um fazer e para a constituição de um saber-fazer-com essa dupla falta.

Para tomar uma posição diante dessas interrogações, precisamos retornar àquele ponto de impasse ao qual chegamos seguindo o semigrupo de Klein (Figura 1). Este ponto causaria um segundo tempo de uma análise, uma segunda volta, que deveria levar ao fim do tratamento e à passagem de analisante à analista. Diante deste impasse o analisante desencadearia um “passe”, que Lacan (2001), neste momento, define como uma substituição do sujeito suposto saber – operada pelo “des-ser” do analista – pelo objeto pequeno *a* (p.85).

Trata-se de um ponto de destituição subjetiva, mas que posiciona o objeto *a* em sua função de causa. O sujeito passa a saber que não é causa de si, mas de uma perda (*a*), assim como busca uma escritura da impossibilidade do ato sexual. Deste modo, a função do objeto *a*

substitui a função do sujeito suposto saber. A verdade do “não saber” passa a operar e produz-se para o analista uma conjunção entre ato e tarefa (Lacan, 2001, p.139) o que permitiria a consecução de uma análise.

O analista deve ser o suporte desta deficiência na não-relação entre o saber, a verdade e o real. Por isso mesmo que numa análise, não se trata de garantir a eficácia de um saber, nem de fazer disso uma profissão. Exatamente aí que tal relação com o saber interroga a formação. Esta outra relação entre o saber, a verdade e o ser implica uma ruptura com a posição habitual do sujeito moderno com o saber e o pensamento, aquela sugerida por Descartes no cogito: “ou eu não penso, ou eu não sou”.

Como dissemos, uma primeira volta da análise leva o sujeito a um impasse que Lacan ilustra no semi-grupo de Klein no ponto onde se encontram as duas faltas: a e $-\phi$ (Figura 1: abaixo à esquerda). Neste ponto de impasse, o sujeito se depara com a falta-a-ser e a impossibilidade do ato sexual. A partir daí, como sugere Torres (2010), o sujeito pode buscar a resolução deste impasse, seja por um *acting-out*, acompanhando a lógica de uma repetição, seja pela precipitação de uma passagem ao ato. A boa saída pelo ato analítico, sustentada pelo analista como suporte do objeto a , leva o analisante a se tornar analista (Lacan, 2001, p.95), querendo ou não, pois como diz Lacan, ao fim de uma análise, sempre temos um analista. Eis um dos pontos onde se pode articular a lógica do ato e a formação do analista: tal impasse deveria levar ao passe?

Obviamente que este aspecto aproxima toda a fenomenologia do ato: o *acting-out*, a passagem ao ato e o próprio ato analítico. O que eles têm em comum? O caráter de demissão do sujeito em seu instante, e o fato de que nos três casos o sujeito está diante de um “impasse”. O que vai diferenciá-los é a via por onde se vai encaminhar a saída deste impasse. Se no *acting-out* o sujeito repete e sustenta a cena fantasmática com o Outro, na passagem ao ato, o fantasma perde a função de sustentação da relação entre o sujeito, o outro e o objeto a . Neste caso, o fracasso do correlato significante faz com que o sujeito se ejete, sem o júbilo do retorno (Torres, 2010).

No ato psicanalítico, por sua vez, a destituição subjetiva que ele opera e o impasse no qual o sujeito se instala durante a análise, deve promover uma reinstalação do sujeito, mas agora, com o objeto *a* na posição de agenciamento da sua função de causa (Torres, 2010, p.211). O analista com seu ato de suportar a transferência (Lacan, 2001, p.89), e a destituição do sujeito suposto saber, permite o recorte e esse agenciamento do objeto *a*. Ao fim de uma análise, o sujeito deve estar advertido da sua divisão constitutiva, de forma que para ele se abra a possibilidade de uma “passagem ao ato esclarecida” (p.202).

A saída que se impõe para o fim de uma análise e, consequentemente para a passagem de analisante à analista não é outra senão essa que implica o ato analítico, a sublimação, a produção de um *sinthome*, e a transformação da transferência em “transferência de trabalho”. Certamente que dizer que se trata de uma sublimação o movimento que leva ao fim e uma análise não é suficiente, pois sabemos da crítica que Lacan (1988) estabelece a este conceito no seminário *A ética da psicanálise*, assim como todos os desdobramentos que sua obra oferece, como, por exemplo, o desenvolvimento que tomou o sintoma, tornando-se *sinthoma* (Lacan, 2005) e servindo de referência para ilustrar o fim de uma análise. Como não vamos nos deter propriamente na questão do fim de uma análise, deixo essa proposta com uma certa indefinição.

De fato, esse movimento agora é suportado pelo termo médio que é o objeto *a*. Se a transferência é a resultante da alienação e da verdade, a sublimação (e o *sinthome*) por sua vez, através do ato analítico, reúne pressa e repetição, mas no sentido da criação. É isso que Lacan denomina de uma passagem ao ato esclarecida. Ou seja, a escolha desta saída implicaria inviabilizar os efeitos de ato – *acting-out* e passagem ao ato – promovidos pela permanência de restos transferenciais que não se encaminhariam por uma causa nem pela decantação do objeto *a*, mas por uma intervenção precipitada levando à angústia e ao atropelo. Ou, de forma mais grave, encaminharia uma ruptura desencadeada por um apagamento do simbólico como suporte das relações, e que denunciaria uma impotência diante de um precipitado de gozo que não poderia ser bordado.

Finalizações

Conclusões: a substituição do sujeito suposto saber pelo objeto pequeno *a*, determina no analista outra relação com o saber a verdade e o gozo, produzindo um saber da incomensurabilidade do ser e da impossibilidade da relação sexual. Isto implica em sua prática que o analista opera a partir das impossibilidades da significação, sustentados pela verdade do não saber.

A partir daí outra instituição subjetiva deve se estabelecer, não mais em busca de uma consistência do ser, mas suportando uma causa para o sujeito e, se quiser, a causa psicanalítica.

Neste mesmo movimento, opera-se também uma suspensão da transferência e sua transformação em transferência de trabalho. A destituição do sujeito suposto saber e a dissolução da transferência, indicam que o sujeito estabeleceu outra relação com a falta do Outro (*S(A)*). Essa falta no universo deve ser por onde a singularidade do sujeito pode emergir, lidando com o gozo do Outro para além da paranóia da vida cotidiana.

É claro que estamos falando de uma final de análise “ideal”, ou seja, aquilo que se espera de um analista para que possa acompanhar uma outra análise, assim como para dar suas provas de deslocamento em sua relação com o saber, a verdade e o gozo. Obviamente que não se esperaria de ninguém uma lucidez absoluta diante dos entraves e dos pontos de fixação de gozo, com os quais habitualmente temos que lidar na vida comum, assim como na vida institucional. Até porque constatamos à duras penas, que essas saídas não são absolutas nem exclusivas. Contudo, não nos parece infundado, tomar como direção ética, a possibilidade de nos mantermos advertidos disto: de que uma causa não é uma bandeira, que uma comunidade não pode ser uma comodidade e que é preciso responder com trabalho. No nosso caso, os estranhos, os incomodados não devem se retirar, mas ser escutados. Se não for assim estaremos fazendo “grupo”. E se não podemos nos livrar completamente dos efeitos obscenos do grupo, é preciso cuidar para não fazer deles uma afirmação do ser (Danziato, 2015).

Acho que seria crucial que os psicanalistas, pensemos como podemos institucionalmente possibilitar e precipitar que os analistas membros de uma instituição possam de-cantar os efeitos de suas análises e viabilizar a transformação da transferência em transferência de trabalho e não em restos transferenciais dirigidos a quem quer que seja. Só assim poderemos evitar que aquela convocatória que se apresenta numa análise não se transforme numa exigência, nem numa hierarquia, nem numa formalidade banal. Estamos aqui diante de um risco e de um impasse, pois caso uma convocação se torne uma exigência ela pode produzir pressa e repetição. Se há um ponto positivo na ideia do “passe” é estabelecer este dispositivo de forma explícita, funcionando como uma convocatória precipitante desta escolha. Devemos confessar, no entanto, nossa descrença, pelo menos na forma como o passe vem se apresentando na prática, pois bem sabemos que seus efeitos estabelecidos institucionalmente se arriscam paradoxalmente em produzir as mesmas pressa e repetição. De todo modo é preciso considerar esse movimento dentro deste percurso de uma análise: diante deste “impasse”, a busca da produção de um saber e a filiação à uma instituição parece ser a escolha mais eticamente acertada. O trabalho e a escrita também se configuram como bons dispositivos que podem precipitar uma passagem. Então, ao trabalho!

Referências bibliográficas

- Brodsky, G. (2004). *Short Story: os princípios do ato analítico*. Rio de Janeiro, Brasil: Contra Capa Livraria.
- Danziato, L. (2015). *O ato e a invenção*. Inédito. Mimeo.
- Darmon, M. (1994). *Ensaio sobre a topologia lacaniana*. Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas.
- Freud, S. (1901/1976). Psicopatologia da vida cotidiana. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. VI.). Rio de Janeiro, Brasil: Imago.
- Freud, S. (1937/1975). Análise terminável e interminável. In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. XXIII). Rio de Janeiro, Brasil: Imago.

- Freud, S. (1920/2006). Além do Princípio do Prazer. In Luiz Alberto Hans et al. (Trad.), *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (Vol. II). Rio de Janeiro, Brasil: Imago.
- Lacan, J. (1988). *O Seminário, livro 7: A ética da psicanálise. Seminário dos anos 1959-60*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1988a). *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Seminário do ano de 1964*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998). A significação do falo. In *Escritos*. Rio de Janeiro, Brasil, Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2001). *O ato psicanalítico – Seminário 1967-1968*. Rio de Janeiro, Brasil: Escola de Estudos Psicanalíticos. Publicação para circulação interna e uso dos membros.
- Lacan, J. (2003). Ato de fundação. In *Outros escritos*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2003b). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre a formação do analista. In *Outros Escritos*, Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2007). *O Seminário, livro 23: O sinthoma*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2010). *Encore*. Rio de Janeiro, Brasil: Escola Letra Freudiana. Edição não comercial. Tradução Analúcia Teixeira Ribeiro.
- Lacan, J. (2002). *RSI*. (Versión crítica). Publicación para circulación interna de la Escuela Freudiana de Buenos Aires. Mimeografiada, (Seminário, 22 [1974/75]).
- Torres, R. (2010). *Dimensões do ato em psicanálise*. São Paulo, Brasil: Annablume (Coleção Ato Psicanalítico).

Para citar este artículo / To cite this article / Pour citer cet article /

Para citar este artigo (APA):

Danziato, Leonardo - Chagas Rabêlo, Fabiano (2018). Ato psicanalítico e a formação do analista. *Revista Affectio Societatis*, 15(28), páginas 228-248. Medellín, Colombia: Departamento de Psicoanálisis, Universidad de Antioquia. Recuperado de <http://aprendeonline.udea.edu.co/revistas/index.php/affectiosocietatis>